



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682411 - SP (2021/0232798-6)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : MÁRIO LÚCIO PEREIRA MACHADO - SP231045  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE DE ALMEIDA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE DE ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 7000957-43.2019.8.26.0024).

O paciente cumpre pena de 29 anos, 3 meses e 16 dias de reclusão em regime inicial fechado, pela prática dos delitos de homicídio qualificado, roubos majorados e resistência.

A impetrante sustenta que o reeducando preenche os requisitos para o deferimento do livramento condicional, sendo indevida a exigência de realização de exame criminológico.

Aduz que "o v. acórdão não apontou a periculosidade concreta a embasar o exame criminológico, limitando-se a justificar a cassação do benefício do livramento condicional porque a transferência do fechado para a liberdade condicionada configurou progressão per saltum, o que é um verdadeiro absurdo, a nosso singelo sentir" (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja imediatamente restituída a benesse do livramento condicional ao paciente ou, subsidiariamente, possa aguardar a realização do exame criminológico em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 71/72):

[...]

*Com efeito, ao conceder o livramento condicional a JOSÉ, que cumpre pena em regime fechado, o Juiz da execução operou a denominada progressão por saltos, que não é admitida pelo nosso ordenamento jurídico: "é inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional" (Súmula nº 491, do Superior Tribunal de Justiça).*

[...]

*Assim, ao meu ver, continua sendo necessária a*

*realização do exame criminológico, mesmo após o advento da Lei n° 10.792/03, para que se possa apreciar se o sentenciado reúne, ou não, condições pessoais para conseguir livramento condicional, mormente quando se está diante de indivíduo como JOSÉ, condenado por um homicídio qualificado, três roubos também qualificados, furto e resistência, e que praticou faltas disciplinares durante o cumprimento do castigo.*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência